

MENSAGEM Nº 001/2024

Garruchos RS aos, 22 de Novembro de 2024.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a estimativa de Receita e a fixação da Despesa do Município para o próximo exercício financeiro, em cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica Municipal.

O presente Projeto de Lei compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e foi elaborado de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101/00 e com a Lei Municipal nº 2528 de 14 de Novembro de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, incluindo a consonância com os seus anexos de Metas Fiscais e de Metas e Prioridades para o próximo exercício, observadas as diretrizes e os objetivos do governo constantes na Lei nº. 2361 de 09 de Novembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município.

O Projeto de Lei que ora apresento visa garantir a continuidade das ações constantes do programa de governo, através da execução de projetos prioritários que buscam atender de forma crescente as demandas mais urgentes da população e estimular o desenvolvimento social, cultural e econômico do Município.

Para viabilizar o cumprimento destas ações, uma política de alocação de recursos cada vez mais responsável, racional e eficiente, está evidenciada nos programas de trabalho, garantindo, além de uma melhor qualidade na oferta de serviços públicos municipais, a execução dos investimentos em andamento.

Além disso, a elaboração deste projeto de lei foi realizada em consonância com as perspectivas para o cenário macroeconômico, com o desempenho financeiro das contas públicas nos últimos exercícios, com a política econômica e social do Governo e a legislação vigente.

Isto posto, passamos a detalhar os principais aspectos relacionados com a situação econômico financeira do Município e com as previsões para o exercício de 2025.

1. Da Situação Econômico-Financeira.

1.1 Resultado Orçamentário

No último exercício encerrado, o Município apresentou o seguinte resultado orçamentário:

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	34.149.140,00	37.462.319,43	109,38%

Despesa Liquidada	Classificação	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	3.0.00.00.00.00	28.274.671,76	28.492.478,44	100,77%
Pessoal e Encargos Sociais	3.1.00.00.00.00	17.089.340,00	16.930.277,88	99,07%
Juros e Encargos da Dívida	3.2.00.00.00.00	10.000,00	32.249,96	322,50
Outras Despesas Correntes	3.3.00.00.00.00	11.175.331,76	11.529.950,60	103,17%
Despesas de Capital	4.0.00.00.00.00	2.230.007,44	3.037.006,64	136,19%
Investimentos	4.4.00.00.00.00	2.230.007,44	3.037.006,64	136,19%
Inversões Financeiras	4.5.00.00.00.00			
Amortização da Dívida	4.6.00.00.00.00			
Reserva de Contingencia	9.9.9.9.00.00	3.744.460,80	0,0	
Transferências ao R P P S	0,00			
(2) Despesa Total		34.249.140,00	31.529.485,08	92,06%
Resultado Orçamentário (1-2)		0,00	5.932.834,35	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)				84,16%

Já no exercício em curso até o mês de Outubro, foi arrecadado o montante de R\$ 29.199.057,88 tendo sido empenhado em despesas correntes o valor de R\$ 25.655.794,16 e em despesas de capital o valor de R\$ 5.873.562,43. Portanto, o resultado orçamentário acumulado em 2024, até o mês de Outubro é de 2.656.838,54, o qual se apresenta **déficit** em função de ter sido utilizado recurso do superávit de 2023.

1.2 Dívida Pública

Até 30 de Outubro de 2024 não existe registro de Dívida Pública .

1.3 – Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar

Outro dado importante diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Desse modo, ao final do mês de Outubro, o saldo acumulado de Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo era de R\$ 616.751,65 e R\$ 0,00, respectivamente. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$ 6.067.116,55, ao passo que as do Legislativo ficaram em R\$ 662.156,75.

2. Resumo da Política Econômica, Social e Financeira do Município.

2.1 Receitas

Segundo detalhado no Anexo 2 do Projeto de Lei, o total líquido da receita para 2025 está estimado em R\$ 39.887.580,00, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita. Tal montante, quando comparado com o orçamento atual, que é de R\$ 38.480.100,00, representa uma diferença de R\$ 1.003.480,00, ou seja, 3,66% **a maior que o exercício em curso.**

Abaixo estão destacados as principais origens da receita orçamentária.

2.1.1 Receitas Tributárias

A Receita Tributária estimada para o exercício de 2025 soma R\$ 3.173.000,00 em valores brutos representando 7,95% do total previsto. Esta fonte, representa as receitas próprias, composta dos tributos municipais. O quadro abaixo, demonstra resumidamente a composição da receita tributária e a sua comparação com os valores previstos para o exercício atual e para o próximo exercício.

2.1.2 Receita de Contribuições

As receitas dessa origem foram estimadas em R\$ 821.000,00, representando 2,06% do Orçamento e está assim composta:

2.1.3 Receita Patrimonial

Esta fonte de Receita estima para o próximo um montante de R\$ 4.839.600,00, ou seja, 12,13% do total da receita prevista. Tem como principal origem os rendimentos das aplicações financeiras do RPPS.

2.1.4 Receita Agropecuária

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2025, R\$ 28.400,00, representando 0,07% do orçamento Do Município.

2.1.5 Receita de Serviços

Para o exercício de 2024 foram estimados R\$ 167.000,00, o que representa 0,42% da Receita.

2.1.6 Transferências Correntes

No grupo das Transferências Correntes da união, a Receita que é mais significativo é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja previsão total é de R\$ 14.977.880,00 , correspondendo a 37,55% do total da receita do Município.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores a serem transferidos ao Município, foram estimados em R\$ 6.852.400,00, ou seja 17,18 % do total da receita esperada. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que sofreu decréscimo de 8,00%.

2.1.7 FUNDEB

O quadro a seguir evidencia a previsão da arrecadação e dos valores a serem transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que, para 2025, a previsão é que o Município receba do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 2.198.500,00. Por outro lado, contribuirá de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 5.249.820,00. Portanto, uma perda prevista de R\$ 3.051.320,00.

2.1.9 Receitas de Capital

O montante total estimado para as Receitas de Capital é de R\$ 1.904.000,00, que representa 43,77% do total da receita do Município. Os valores estimados são para Pavimentação de Vias Urbanas, no valor de R\$ 1.500.000,00, e construção de quadra de esportes no valor de R\$ 404.000,00.

2.2 - DESPESAS

Conforme detalhado nos anexos que compõem o Projeto de Lei, os Orçamentos fiscal e da seguridade social do Município foram elaborados segundo as regras estabelecidas na Lei Orgânica do Município, Lei Federal Nº 4320/64, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, atingindo um montante total a R\$ 39.887.580,00, sendo R\$ 24.696.640,00 correspondente ao Orçamento Fiscal e R\$ 15.187.940,00 correspondente ao Orçamento da Seguridade Social.

2.2.1 Saúde

Foi alocado um total de R\$ 7.867.040,00, o que representa 19,72% do total da despesa programada, sendo deste valor R\$ 6.110.300,00 de recursos próprios o que representa 23,76% da Receita Líquida de Impostos e Transferências.

2.2.2 Educação

Na área educacional, atendendo a mandamento constitucional, foram alocados recursos que totalizam R\$ 9.174.020,00, o que representa 23,84% do total da despesa. Deste total R\$ 3.916.400,00 são de Recursos próprios; R\$ 2.206.300,00 de recursos do Fundeb e R\$ 3.051.320,00 de perdas com Fundeb, que também são considerados como gastos em Educação, totalizando 27,06% da Receita Líquida de Impostos e Transferências.

2.2.3 Assistência Social

Na assistência social, após deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, foram alocados recursos para a continuidade dos programas voltados para os direitos humanos, as crianças, os portadores de deficiência, os adolescentes, a juventude e aos idosos.

Segundo orientação da NOB SUAS 2012, todos os recursos foram alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, cujo montante foi fixado em R\$ 1.122.000,00, representando, portanto, 2,81% do orçamento.

2.2.4 Câmara Municipal

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 1.798.900,00 representando 4,51% do total da despesa do Município e se destinam basicamente às despesas de manutenção do Legislativo Municipal para desempenho de suas funções de legislar e fiscalizar.

2.2.5 Gabinete do Prefeito

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária, que agrega os setores de Controle Interno, Conselho Tutelar e Defesa Civil, somam R\$ 1.310.400,00 representando 3,29% do Orçamento.

2.2.6 Secretaria de Administração e Finanças

Os recursos alocados nestas duas Unidades Orçamentárias, somam R\$ 4.066.200,00, sendo R\$ 2.532.800,00 na Secretaria de Administração e R\$ 1.533.400,00 na secretaria de finanças, que representam 10,19% do Orçamento. Os recursos alocados serão utilizados no atendimento das despesas com manutenção dos serviços gerenciais de recursos humanos, patrimônio público, controle dos cadastros imobiliário e econômico, arrecadação e pagamentos, registros contábeis; implementação do projetos e melhoria dos serviços.

2.2.7 Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária, somam R\$ 5.982.350,00, representando 15% do total da despesa orçada. Os principais gastos previstos se destinam a manutenção da Secretaria e manutenção e reforma de prédios públicos no valor de R\$ 2.179.800,00 pavimentação de ruas R\$ 1.631.650,00 , manutenção da coleta seletiva de lixo R\$ 472.700,00, e manutenção de estradas e maquinários R\$ 958.300,00.

2.2.8 Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

Nesta unidade orçamentária foram alocados recursos totais de R\$ 1.861.700,00, o que representa 4,67% do total da despesa do Município. As principais ações se destinam a manutenção das atividades da secretaria no valor de R\$ 1.048.700,00 e com desenvolvimento rural R\$ 535.100,00.

2.2.9 Engargos Especiais

De acordo com o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Portaria MOG nº 42/99, os encargos especiais são despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, a exemplo do pagamento de dívidas , ressarcimentos, indenizações amortização do passivo atuarial do RPPS pagamento do PASEP e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

Desse modo, visando atender o referido dispositivo normativo, em como dar transparência aos valores, previstos para 2025 que foram alocados na **função 28 - Encargos Especiais no valor de R\$ 931.400,00.**

No tocante às demais despesas, embora premidos pela escassez de recursos, informamos que, dentro da realidade fiscal vigente, foram alocados recursos que, no entendimento da Administração Municipal atendem satisfatoriamente as necessidades mais prementes da população, de modo que, após esses esclarecimentos, esperamos ter oferecido as informações necessárias à compreensão da proposta ora submetida à apreciação dessa Casa de Leis.

Garruchos RS 25 de Novembro de 2024

Roland Schatz
Prefeito Municipal